Opinião do GLOBO

Combate ao crime exige respeito à evidência empírica

É lamentável desprezo às câmaras em fardas e louvável iniciativa que reverteu a proliferação de armas

No combate à violência, governos não deveriam abrir mão de políticas públicas de sucesso comprovado. É o caso das câmeras acopladas a uniformes de policiais, estratégia usada com bons resultados no exterior e em pelo menos oito estados brasileiros. Não só para reduzir as mortes causadas pela polícia, mas também para proteger os próprios agentes de acusações infundadas, dando mais transparência às ações contra o crime.

Infelizmente o governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tem desprezado os avanços do programa implantado em gestões anteriores. Afirmou que não investirá em novas câmaras nas fardas, sob a alegação de que não oferecem segurança ao cidadão. Ora, os números mostram que, entre 2019 e 2022, seu uso contribuiu para reduzir em 76,2% os civis mortos em operações policiais (nos quartéis onde não eram usadas, a queda foi de 33,3%). Diversas pesquisas científicas corroboram a eficácia da política.

A incoerência fica maior quando se observam os números atuais. No ano passado, primeiro do governo Tarcísio, os civis mortos por PMs em serviço aumentaram 34%, para 333, de acordo com levantamento do portal g1 com base nos dados do Ministério Público. No ano anterior, haviam sido 248, patamar mais baixo já registrado.

Que as evidências devem ser respeitadas fica claríssimo no exemplo de outra política pública bem-sucedida no combate à violência — a decisão, tomada logo no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, de restringir o acesso a armas e munições depois do armamentismo promovido na gestão Jair Bolsonaro. Em 2023, a queda nos novos registros de armamento para defesa pessoal chegou a 82%, menor patamar desde 2004. Mesmo para os quase 21 mil que obtiveram uma arma, a situação se tornou mais difícil. Dos pedidos de registro de porte, 75% foram negados. A questão agora é o que fazer com o arsenal que continua em poder da população civil, estimado em torno de 1 milhão de armas de fogo.

O número é relevante, entre outros motivos, porque muitas armas compradas legalmente por cidadãos bem-intencionados acabam furtadas, roubadas ou extraviadas — e vão parar nas mãos de bandidos, alimentando ainda mais a violência. Nem mesmo o Exército tem conseguido manter seu arsenal em segurança, como provam desvios recentes.

Evidentemente, diminuir as armas em circulação não significa automaticamente diminuir os crimes, pois outros fatores contribuem para a violência. Mas sem dúvida ajuda, como comprovam estudos acadêmicos. De acordo com o Ministério da Justiça, entre janeiro e outubro de 2023, período em que ficou mais difícil o acesso às armas, caíram os homicídios (3,3%), feminicídios (2,4%) e mortes por intervenção policial (3,6%). Como 70% dos crimes são cometidos por armas de fogo, é razoável supor que a política de dificultar o acesso tenha surtido algum efeito. "Estamos provando que menos armas é menos letalidade, menos violência", disse ao g1 o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Capelli.

O combate à criminalidade exige políticas públicas consistentes e duradouras. Quando bem desenhadas e adotadas com base em evidências empíricas — e não em ideologias ou populismo —, têm eficácia. Sozinha, nenhuma resolverá o problema. Em conjunto, implementadas como ação do Estado, não há dúvida de que dão resultados.

Recorde da balança comercial traduz força do setor privado

Empresas de setores mais produtivos e competitivos souberam aproveitar as oportunidades internacionais

Pelo terceiro ano consecutivo, o superávit da balança comercial brasileira bateu recorde. Antes do anúncio dos dados oficiais de 2023, previsto para os próximos dias, a única dúvida é o tamanho do crescimento em relação a 2022. O saldo prévio, para o período entre 1º de janeiro e 25 de dezembro, foi da ordem de US$ 95 bilhões, 54% acima do superávit do ano anterior. O resultado expressivo é consequência do dinamismo das empresas capazes de manter produtividade e competitividade em alto patamar. Com a exceção do petróleo, os outros quatro principais produtos da pauta de exportações (soja, minério de ferro, açúcar e milho) são dominados pelo setor privado.

O desempenho tem levado economistas a prever um cenário de bonança duradoura. Mantidos os saldos positivos na balança comercial, o Brasil criará as condições para o consumo das famílias e os investimentos crescerem acima da variação do PIB sem que haja pressão negativa sobre as contas externas. Foi a experiência do país entre 2006 e 2013, período conhecido pela explosão na demanda global por commodities. O preço dos produtos exportados subiu, o dos importados caiu, e a economia alcançou um equilíbrio mantido até o momento em que o desajuste fiscal do setor público derrubou a confiança.

As causas do superávit de 2023 são distintas. Os recordes registrados em 2021 e 2022 foram impulsionados não apenas pela recuperação depois da pandemia, mas também pelo aumento nos preços ante maior demanda. O desarranjo nas cadeias globais de suprimento (decorrência também da guerra na Ucrânia) provocou uma disparada na cotação das commodities. No ano passado, os preços voltaram a cair.

A queda deu aos exportadores brasileiros a oportunidade de mostrar uma capacidade de resposta fora do comum. Com destaque para o agronegócio, eles compensaram a desvantagem no preço aumentando a quantidade vendida. Nos 12 meses terminados em outubro, o volume embarcado de produtos agrícolas aumentou quase 30%. Analistas veem nessa resposta uma mudança estrutural e preveem vários anos de exportações em alta, independentemente de flutuação de preço. A previsão para 2024 não é um novo recorde, mas um saldo comercial com folga larga, de no mínimo US$ 75 bilhões.

Tal perspectiva deveria levar os defensores da agenda desenvolvimentista a rever sua posição. Eles costumam acreditar que apenas investimentos do Estado são capazes de fazer a economia crescer. É um engano. Como demonstra o desempenho dos exportadores, o Brasil precisa apostar nos setores em que há vantagens comparativas e maior produtividade, caso do agronegócio. As oportunidades devem ser perseguidas pelo setor privado. O papel do Estado é imprescindível, mas como regulador, não como indutor ou impulsionador do desenvolvimento. Nada substitui o conhecimento e a intuição dos empreendedores.

Artigos

oglobo.globo.com/opinião/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editoria.artigos@oglobo.com.br

Pós-Lula

Se o Congresso levar adiante a ameaça de derrubar o veto do presidente Lula ao calendário de liberação de emendas parlamentares, estará dado o passo, talvez definitivo, para a ruptura institucional que se vislumbra há algum tempo no tenso relacionamento entre Executivo e Legislativo. As emendas, que serviram como instrumento do Executivo para controlar os acordos no Congresso, morrmente no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, agora tornam-se a arma do Legislativo para retirar de seu antigo controlador o poder que lhe resta de ditar os rumos do governo, até administrativos.

Seria uma decisão claramente inconstitucional, que impediria o Executivo de gerenciar o Orçamento no que é possível ainda controlar, já que as emendas hoje são impositivas e o pagamento seria compulsório de acordo com os interesses dos parlamentares, e não os da administração pública. Se o impasse for rompido por uma negociação que mantenha o veto, mas garanta a liberação da verba ainda no primeiro semestre, como querem os parlamentares, teremos superado um obstáculo, mas nada indica que estará superada a crise de relacionamento, pois os parlamentares querem ter controle sobre o próprio orçamento, que não necessariamente corresponde ao projeto político do governo em exercício.

Sem a obrigatoriedade de liberação em datas predeterminadas, restará ainda ao governo a possibilidade de negociar a distribuição dos recursos a seu tempo ou interesse, e é isso que os parlamentares não querem. Se o Supremo Tribunal Federal (STF) for chamado a dirimir a disputa, estará colocado mais um elemento desestabilizador na relação Congresso-Executivo, o que pode dar à eventual crise institucional um tom mais elevado.

Vivemos, portanto, o que parece ser o epílogo do presidencialismo de coalizão — tal como cunhado pelo cientista político Sergio Abranches —, que perdeu a eficácia e a funcionalidade. Na análise do ex-secretário-geral do PSDB Marcus Pestana, tal coalizão só deu certo no governo Fernando Henrique porque a base da governabilidade era formada por apenas três partidos (PSDB, PMDB e PFL). A pulverização e a dispersão parlamentar começaram posteriormente, e deu no mensalão, petrolão, e no "bonapartismo de confronto" no início de 2019. "Depois disso, veio esse parlamentarismo manco", diz ele.

Vivemos o que parece ser o epílogo do presidencialismo de coalizão, que perdeu a eficácia e a funcionalidade

Festana chama a atenção para o fato de o presidencialismo não exigir dos parlamentares a responsabilidade por seus atos, ao contrário do parlamentarismo ou do semipresidencialismo, em que há, segundo ele, "uma convivência dialética entre poderes e responsabilidades".

O poder crescente do Parlamento sobre o Orçamento e a agenda legislativa não é acompanhado de uma responsabilidade inequívoca pela governabilidade, ressalta Pestana. Ele cita a experiência de Portugal, onde, diante de um impasse grave que põe em risco a governabilidade, o presidente dissolve o Parlamento e convoca novas eleições.

— Foi assim na crise do Orçamento no final de 2021, que dinamitou a geringonça portuguesa; e agora em 2023, com as denúncias de corrupção envolvendo o governo do Partido Socialista (PS).

Aqui não. O presidente tem de negociar a governabilidade a conta-gotas no varejo, projeto a projeto, sem nenhum instrumento contra impasses. Há quem veja nessa disputa de poder a possibilidade de o Executivo recuperar sua força de atração caso a economia continue se expandindo, fazendo com que os parlamentares procurem abrigo sob sua popularidade, como nos velhos tempos. Mas nada indica que as eleições vindouras serão marcadas por rasgos de efusividade governista.

A máquina do Centrão — que controla as emendas e quer agora controlar o fluxo de distribuição de acordo com seus interesses eleitorais — já tem verba suficiente para independer do Executivo. Os vereadores e prefeitos eleitos neste ano formarão a base do que sairá das urnas em 2026, por isso o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, exige que o PT pense no futuro pós-Lula.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maim, André Visser da Fôlha Bartolosa, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cordeiro Neto - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiwa - leila.suwiwa@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@grupo.oglobo.com.br
Segunda Caderno: Marcelo Ballvé - ballve@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sampaio - asampaio@oglobo.com.br
Capa do site: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Acervo e Qualificação: William Freitas Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Ballvé - ballve@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Antonio - ines@globo.com.br
Ela: Marie Claire - marieclaire@globo.com.br
Barmas: Victor Caimon Filho - caimon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês vigente)
Cariocas RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie se qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO até seu jornal de cedo, acesse para verificar o seu CEP no oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5191 Banco de imagens: (21) 2534-5777 Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Missas, religiosos e Kinders: (21) 2534-4313 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

Leia mais em www.oglobo.com/publicidade

CARBON FREE